

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 107.060 - AL (2018/0346361-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : KELLITON RICARDO LEANDRO CAVALCANTE (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus* interposto por KELLITON RICARDO LEANDRO CAVALCANTE contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (HC n. 0804124-35.2018.8.02.0000).

Consta dos autos que o recorrente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 2º-A, do Código Penal.

Impetrado *habeas corpus* no Tribunal de origem objetivando a liberdade do ora recorrente, a ordem foi julgada prejudicada ante a superveniência de sentença condenando o recorrente à pena de 10 anos de reclusão, a ser cumprida inicialmente no regime fechado. Eis a ementa do aludido julgado (e-STJ fl. 45):

HABEAS CORPUS. PENAL. PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO. PRISÃO PREVENTIVA. QUESTIONADA A PRESENÇA DOS PRESSUPOSTOS E DOS SEUS REQUISITOS AUTORIZADORES. SUPERVENIÊNCIA DE SENTENÇA CONDENATÓRIA IMPUTANDO PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE DE 10 ANOS DE RECLUSÃO, A SER INICIALMENTE CUMPRIDA EM REGIME FECHADO. PREJUDICADA A ANÁLISE DO PRESENTE WRIT. ORDEM JULGADA PREJUDICADA. DECISÃO UNÂNIME.

I - A superveniência de sentença penal condenatória torna prejudicada a análise de Habeas Corpus impetrado contra o título originário da custódia, uma vez que o édito condenatório proferido faz nascer uma nova realidade prisional, que ainda não foi levada a efeito pela Defesa.

II - Habeas Corpus prejudicado. Decisão Unânime.

Neste recurso, sustenta a defesa, em síntese, inexistir motivação idônea para a segregação antecipada, visto que não apontada, concretamente, a presença dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Busca, inclusive liminarmente, seja o recorrente colocado em liberdade.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ fls. 81/86).

É, em síntese, o relatório.

Não há como conhecer da irresignação, tendo em vista que as teses formuladas neste *writ* não foram enfrentadas pelo Tribunal de origem no acórdão impugnado – já que julgado prejudicado o aludido *writ* ante a superveniência de sentença condenatória –, o que impede esta Corte de analisar os temas sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e em violação ao princípio do duplo grau de jurisdição.

Ao discorrer sobre o tema, BRASILEIRO vaticina com clareza que se revela *"inviável, portanto, o pedido de julgamento de habeas corpus per saltum, ou seja, o julgamento do remédio heroico pelas instâncias superiores sem prévia provocação das instâncias inferiores acerca do constrangimento ilegal à liberdade de locomoção, sob pena de verdadeira supressão de instância e consequente violação do princípio do duplo grau de jurisdição"* (LIMA, Renato Brasileiro. *Manual de processo penal*: volume único. 4. ed. rev. ampl. e atual. Salvador: ed. JusPodivm, 2016, p. 2.470).

Logo, ante a falta de manifestação do colegiado estadual sobre a tese, percebe-se a incompetência desta Corte Superior para o processamento e julgamento do tema, já que inexistente, no ponto, ato a ser imputado à autoridade coatora, nos termos do art. 105, I, alínea "c", da Constituição Federal, bem como do art. 13, I, alínea "b", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

PROCESSUAL PENAL E PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA. INVIÁVEL. NÃO CONHECIMENTO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL POR EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO. TRÁFICO DE DROGAS. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. HABEAS CORPUS PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESSA EXTENSÃO, DENEGADO.

1. Em sede de habeas corpus não há espaço para discussão de autoria delitiva, uma vez que a ação mandamental em comento visa sanar ilegalidade verificada de plano.

2. Constatada a falta de manifestação do Tribunal de origem a respeito do constrangimento ilegal decorrente de excesso de prazo para formação da culpa, obsta-se a análise da matéria nesse momento, pois provocaria indevida supressão de instância.

[...]

(HC 387.938/SP, relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA
TURMA, julgado em 16/03/2017, DJe 23/03/2017, grifei)

À vista do exposto, **não conheço** do presente recurso em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

